IX Seminário Corpo, Gênero e Sexualidade
V Seminário Internacional Corpo, Gênero e Sexualidade
V Luso-Brasileiro Educação em Sexualidade, Gênero, Saúde e Sustentabilidade

ENTRE MARGENS E POSSIBILIDADES: A TRAJETÓRIA ESCOLAR DAS MENINAS NEGRAS

Eixo Temático 11 – EPISTEMOLOGIAS FEMINISTAS E ESTUDOS DAS MULHERES: GÊNERO, SEXUALIDADE E DIVERSIDADE

Cinthia de Oliveira Soares[1]
Beatriz dos Santos Pinheiro Cangussu[2]
Ana Luiza Salgado Cunha[3]

RESUMO

Este estudo analisa o impacto do racismo nas experiências escolares das meninas negras, com foco na Educação Infantil e nas séries iniciais do Ensino Fundamental. A pesquisa bibliográfica aponta que o racismo estrutural afeta tanto o desenvolvimento acadêmico quanto emocional dessas estudantes, muitas vezes de maneira invisível para os educadores. A falta de representatividade e a presença de estereótipos raciais contribuem para a exclusão social e marginalização das meninas negras nas escolas. Além disso, a pesquisa sugere a adoção de práticas pedagógicas inclusivas e a implementação plena da Lei 10.639/03, que torna obrigatório o ensino da História e Cultura Afro-Brasileira, como estratégias para combater o racismo e promover uma educação inclusiva, democrática e antirracista.

Palavras-chave: Racismo; Meninas Negras, Educação Básica, Lei 10.639/03, Práticas Pedagógicas.

INTRODUÇÃO

Este estudo tem como objetivo analisar o impacto do racismo nas experiências escolares das meninas negras na educação básica, com um foco particular na Educação Infantil e nas séries iniciais do Ensino Fundamental. O racismo, enquanto fenômeno estruturante das relações sociais no Brasil, manifesta-se de diversas formas, afetando profundamente o desenvolvimento acadêmico e emocional das estudantes negras. Muitas vezes, as consequências do racismo nas escolas são invisíveis para os educadores e demais membros da comunidade escolar, mas elas se tornam visíveis nas formas de exclusão e invisibilidade que essas estudantes experimentam ao longo de sua trajetória educacional.

[1]Pós-graduada em Humanidades: Ciência, Educação, Política e Sociedade pelo IF Baiano, cinthiasoaresvb@gmail.com;
[2] Mestranda em Educação pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB, cangussubsp@gmail.com.
[3] Doutora em Educação pela Universidade Federal de São Carlos – UFSC, ana.luiza@uesb.edu.br.

A Educação Infantil, como um dos principais espaços de desenvolvimento das crianças, desempenha um papel central na construção de identidade. No entanto, como aponta Cavalleiro (2006), essa etapa educativa frequentemente não contempla a valorização da identidade negra, o que gera danos significativos à autoestima das crianças negras. A falta de representações positivas de sua identidade racial e cultural pode causar sérios danos à formação dessa identidade, perpetuando a sensação de inferioridade em relação aos seus pares brancos.

No Ensino Fundamental, especialmente nas séries iniciais, as meninas negras enfrentam uma maior agressividade nas manifestações de racismo, o que se reflete no bullying racial, na exclusão social e na falta de representatividade nos conteúdos curriculares. A invisibilidade dessas estudantes dentro das escolas é agravada por práticas pedagógicas que ignoram ou desvalorizam a história e as contribuições do povo negro para a formação do Brasil. Estereótipos raciais, frequentemente reforçados por colegas e até por educadores, contribuem para a marginalização das meninas negras, limitando suas perspectivas acadêmicas e sociais.

O interesse por esta temática surge a partir das minhas experiências pessoais e profissionais ao longo da minha formação acadêmica e atuação como educadora nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Durante os estágios na Educação Infantil e no Ensino Fundamental, bem como minha participação no Programa de Iniciação à Docência (PIBID), tive a oportunidade de observar de perto situações em que crianças negras eram diretamente afetadas pelo racismo no contexto escolar. Essa vivência, aliada à minha experiência como regente nos anos iniciais do Ensino Fundamental, me proporcionou um contato mais próximo com a realidade dessas crianças, despertando a necessidade urgente de aprofundar meus conhecimentos sobre os efeitos do racismo em seu processo de aprendizagem e desenvolvimento.

Dessa forma, por meio deste estudo, evidenciamos como as meninas negras experienciam o racismo na escola, a necessidade de repensar as práticas pedagógicas para combater essas manifestações e a relevância das políticas públicas, como a Lei 10.639/03, no enfrentamento do racismo estrutural e na promoção de uma escola antirracista.

METODOLOGIA

A pesquisa adota uma abordagem qualitativa e analítica, com foco na revisão bibliográfica sistemática de estudos que envolvem epistemologias feministas, interseccionalidade e educação. O objetivo central é compreender de que maneira essas teorias podem oferecer insights sobre as experiências das meninas negras no contexto escolar. A revisão irá se concentrar em artigos acadêmicos, livros e dissertações que abordam o racismo na educação e as perspectivas das autoras feministas, com especial atenção para aquelas que discutem as especificidades do enfrentamento das desigualdades pelas meninas negras.

A análise será baseada em um conjunto de textos que abordam os impactos do racismo no desenvolvimento acadêmico e pessoal das crianças negras, incluindo obras de autores(as) como Almeida (2018), Cavalleiro (2005), entre outros. A pesquisa também se utilizará de estudos de caso e relatos de escolas que implementaram políticas antirracistas, a fim de avaliar a eficácia dessas medidas no combate à discriminação racial. A partir dessa análise, será possível propor práticas pedagógicas mais inclusivas, que promovam um ambiente escolar seguro e acolhedor para meninas negras.

REFERENCIAL TEÓRICO

O referencial teórico deste estudo se baseia nas epistemologias feministas, que buscam desconstruir os saberes dominantes, muitas vezes centrados nas experiências de homens brancos, e valorizar as vozes de mulheres, especialmente mulheres negras. Essas epistemologias desafiam as formas tradicionais de conhecimento, colocando as experiências das mulheres negras no centro da análise e buscando alternativas para a superação das desigualdades de gênero, raça e classe social. Nesse sentido, a interseccionalidade é fundamental para entender como as desigualdades de gênero, raça e classe se entrelaçam na experiência escolar das meninas negras, criando formas específicas de discriminação que não podem ser compreendidas isoladamente.

Além disso, autores como Sueli Carneiro (2003) e Abdias do Nascimento (2001) oferecem importantes contribuições ao analisar o racismo estrutural e suas implicações para as relações sociais no Brasil. Para essas autoras, o racismo não é uma questão de atitudes individuais, mas sim um sistema de discriminação que está enraizado nas instituições, incluindo a escola. A teoria do racismo institucional, será utilizada para compreender como as práticas

pedagógicas e as políticas educacionais contribuem para a manutenção da desigualdade racial nas escolas brasileiras.

Cavalleiro (2005) observa que a história da população negra no Brasil tem sido sistematicamente marginalizada nos currículos escolares. O ensino de História, por exemplo, quase nunca aborda a luta dos negros pela liberdade, o processo de resistência e a contribuição dos negros para a formação do Brasil. A Lei 10.639/03, que tornou obrigatório o ensino da História e Cultura Afro-Brasileira nas escolas, representa uma tentativa de corrigir esse déficit, mas sua implementação tem sido desigual, com muitas escolas ainda sem uma estrutura pedagógica adequada para tratar as questões raciais de forma efetiva.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A educação básica no Brasil, dominada por um currículo eurocêntrico, tem sido um dos principais veículos de perpetuação do racismo estrutural. As meninas negras, como afirma Pinheiro (2023), enfrentam dificuldades adicionais não apenas no acesso ao ensino, mas também no que diz respeito à qualidade da educação que recebem. Muitas vezes, elas são marginalizadas em atividades e conteúdos curriculares, tendo suas culturas e histórias desconsideradas. Isso resulta em uma falta de pertencimento ao ambiente escolar, o que impacta diretamente seu desempenho acadêmico.

Além disso, o racismo, muitas vezes minimizado ou não reconhecido pelos educadores, juntamente com o estigma racial e os estereótipos negativos, afeta profundamente a autoestima das meninas negras, tornando a escola um espaço hostil e desigual, contribuindo para a exclusão social dessas alunas. De acordo com Alexandre (2010), a escola revela seu lado mais perverso quando se trata das diferenças raciais. Ele explica que os traços fenotípicos tornam-se motivo de xingamentos e humilhação, especialmente em relação às meninas, que, no ensino fundamental, atravessam a fase da pré-adolescência e valorizam muito a aparência. Segundo ele, os lábios e o nariz das meninas negras são alvos de piadas, e seus cabelos crespos são vistos como “desarrumados”, sendo motivos para que os estudantes negros sejam expostos a diferentes formas de humilhação, como ofensas como “cabelo de Bombril”, “assolam” e “bucha de canhão”.

A Lei 10.639/03, que exige a inclusão de conteúdos sobre a história e cultura afro-brasileira no currículo escolar, tem sido uma ferramenta importante para mudar essa realidade. No entanto, sua implementação ainda é insuficiente, e muitas escolas não conseguem superar as limitações do currículo tradicional para incorporar esses temas de maneira significativa. É necessário que os educadores sejam formados para trabalhar essas questões de forma crítica e transformadora, contribuindo para a desconstrução de estereótipos e a promoção de uma educação antirracista.

Para que a educação básica seja efetivamente inclusiva, é fundamental que os professores e gestores escolares se engajem em práticas pedagógicas que respeitem e promovam a diversidade racial. Isso implica em uma revisão do currículo escolar, de forma que ele contemple as histórias, culturas e contribuições dos povos negros para a formação da sociedade brasileira. Além disso, é essencial que as escolas promovam espaços de diálogo e reflexão sobre o racismo, não apenas com as meninas negras, mas com todos os alunos, para sensibilizar a comunidade escolar e combater as manifestações de preconceito racial.

As estratégias pedagógicas devem incluir a valorização da identidade negra, o uso de literatura infantil e juvenil que aborde questões raciais, e a implementação de atividades que favoreçam a reflexão sobre a história da África e dos afro-brasileiros. Como apontado por Oliveira (2020), é crucial que as meninas negras se vejam representadas nas narrativas escolares, não como figuras marginalizadas, mas como protagonistas de sua própria história.

Além disso, as escolas devem ser espaços de acolhimento e suporte para as meninas negras, proporcionando não apenas uma educação formal, mas também promovendo o fortalecimento da autoestima e da identidade dessas estudantes. O apoio, o cuidado, a orientação psicológica e as atividades culturais realizadas pela escola podem ser formas de combater os efeitos do racismo nas escolas e de ajudar as meninas negras a se fortalecerem emocionalmente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo reafirma a importância de adotar práticas pedagógicas inclusivas e antirracistas nas escolas brasileiras. As políticas públicas, como a Lei 10.639/03, têm sido essenciais para a promoção da igualdade racial, mas sua implementação deve ser revista e fortalecida para garantir que todos os estudantes, especialmente as meninas negras, tenham

acesso a uma educação de qualidade. Além disso, é necessário que os educadores se comprometem com a transformação das práticas pedagógicas, adotando uma abordagem que valorize a diversidade racial e combata o racismo estrutural presente nas escolas.

As resistências das meninas negras, embora frequentemente invisíveis, são fundamentais para a transformação das práticas educacionais. A construção de uma educação que respeite e valorize as identidades negras é uma tarefa urgente e imprescindível para a superação das desigualdades raciais no Brasil.

REFERÊNCIAS

ALEXANDRE, Ivone Jesus. **Relações raciais no ensino fundamental.** In:____. Estratégias de combate ao racismo. Cuiabá: UAB/EdUFMT, 2010
.

BRASIL. **Lei 10.639 de 09 de janeiro de 2003**. Brasília - DF, 2003.

CAVALLEIRO, Eliane. Discriminação racial e pluralismo na escola pública da Cidade de São Paulo. In: BRASIL. Ministério da Educação. **Educação antirracista:** caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005. 236 p.

CAVALLEIRO, Eliane. **Educação Pré Escolar:** O início do fim da intolerância. Educação Africanidades Brasil. Brasília MEC, 2006.

NASCIMENTO, Abdias. **O genocídio do negro brasileiro**: processo de um racismo mascarado. Perspectiva, 2001.

OLIVEIRA, Lilia Maria. **Identidade negra e representatividade na escola**: desafios e possibilidades. Pallas, 2020.

PINHEIRO, Maria Lúcia. **Currículo eurocêntrico e a invisibilização da população negra na educação brasileira**. Ed. Autores Associados, 2023.